



REVISÃO DO
**Plano
Diretor**
SÃO GONÇALO/RJ



Etapa 1
**Plano de trabalho e
mobilização**

PRODUTO 2

Plano de mobilização social

URB
TEC™



**SÃO
GONÇALO**
PREFEITURA

TRABALHO
EM PRIMEIRO
LUGAR



REVISÃO DO
**Plano
Diretor**
SÃO GONÇALO/RJ

Revisão do Plano Diretor Participativo de
São Gonçalo (RJ)

Produto 2 - Plano de Mobilização Social

Etapa 1 - Plano de Trabalho e Mobilização Social

Histórico de versões

Versão 1: 07/05/2026

Revisão da prefeitura: 15/05/2026

Versão 2: 26/05/2026

VERSÃO PRELIMINAR

Apresentação

Este relatório integra o processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo, desenvolvido no âmbito da Concorrência Pública CP/90005/2025, vencida pela URBTEC™, cujos trabalhos foram iniciados em 27 de abril de 2026.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo

NELSON RUAS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

JOÃO VICTOR DE FIGUEIREDO VENTURA

Vice-prefeito Municipal

Equipe Técnica da Prefeitura Municipal

RAFAELA DE SANTANA RIBEIRO

Secretária de Gestão Integrada e Projetos Especiais

THAIS BRITO DOS SANTOS

Subsecretária de Projetos Especiais

MARTHA FERNANDA DA CONCEIÇÃO EDUARDO ANSELMUCCI DE SOUZA

Subsecretária de Captação de Recursos e Monitoramento

ROBERTA CARVALHO DE OLIVEIRA

Analista de Arquitetura – Arquiteta e Urbanista

YASMIN MACHADO OLIVEIRA

Gerente de Governança e Apoio à Gestão – Arquiteta e Urbanista

Grupo de Trabalho Intersectorial

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA E PROJETOS ESPECIAIS

TITULAR: POLIANA DE SOUZA BORGES FRANÇA

SUPLENTE: REBECA MACHADO DE OLIVEIRA

TITULAR: GUILHERME DUARTE PEREIRA

SUPLENTE: MARIANA WERLIQUE ORNELLAS

TITULAR: KARINA GONÇALVES NUNES

SUPLENTE: JOANA DANTAS MESSIAS CAMPELLO COSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TITULAR: DIEGO MARTINS NASCIMENTO

SUPLENTE: MARLÚCIA RODRIGUES TIMÓTEO NASCIMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

TITULAR: VITÓRIA DOS SANTOS COELHO

SUPLENTE: ULISSES BRANDÃO DÁVILA COSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

TITULAR: CRISTINA DE SOUZA VIANA

SUPLENTE: FERNANDA GONÇALVES RODRIGUES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TITULAR: EVANILDO BARRETO

SUPLENTE: VITOR AZEVEDO RODRIGUES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

TITULAR: DANIEL AUGUSTO COUTO SANTOS

SUPLENTE: FÁBIO ANCHIETA DE CARVALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

TITULAR: ANA CAROLINA MENDONÇA RAMOS

SUPLENTE: ELAINE CARNEIRO ROSA

TITULAR: GEYSA FREIRE LESSA LOPES

SUPLENTE: JORGE LUIZ DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

TITULAR: GABRIELA ALMEIDA DOS SANTOS FERNANDES

SUPLENTE: THAYNNÁ SILVA DRUMOND

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TRANSPORTES

TITULAR: FÁBIA RODRIGUES MONTALTO SANTOS

SUPLENTE: WILLIAM DIAS DA SILVA FREIXO

TITULAR: MANUELA RODRIGUES DE FARIA

SUPLENTE: LORENA PEREIRA DE PAULA GOMES

TITULAR: MARIANA MOTTA DE FREITAS

SUPLENTE: RAMONN DIEGO BARROS DE ALMEIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

TITULAR: ANDRÉ GUSTAVO LAGOS VIEIRA

SUPLENTE: MATHEUS NERY DE SOUSA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

TITULAR: RODRIGO DA SILVA AZEREDO

SUPLENTE: ANDREIA SANTOS PAGANO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

TITULAR: RICARDO SUAREZ DE MENESES CARNEVIVA

SUPLENTE: JACQUELINE DA SILVA AZEREDO DONATO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TITULAR: SIMONE VELLOSO CARNEIRO RODRIGUES

SUPLENTE: JULIANA FERREIRA PARAÍZO

Equipe Técnica Principal URBTEC™

IZABEL NEVES DA SILVA CUNHA BORGES | COORDENADORA GERAL

Arquiteta e Urbanista, MSc.

GUSTAVO TANIGUCHI | COORDENADOR ADJUNTO E PROFISSIONAL DA ÁREA DE MOBILIDADE URBANA

Engenheiro Civil, MSc.

DÉBORA P. FOLLADOR | COORDENADORA ADJUNTA E PROFISSIONAL DA ÁREA DE SUSTENTABILIDADE

Arquiteta e Urbanista, Dra.

SANDRA REGINA OLIVEIRA NEVES | PROFISSIONAL DA ÁREA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Arquiteta e Urbanista

LUIZ MASSARU HAYAKAWA | PROFISSIONAL DA ÁREA DE URBANISMO

Arquiteto e Urbanista, Esp.

DOUGLAS CHRISTOFARI VIERO | GERENTE DO PROJETO

Engenheiro Civil, Esp.

Equipe Técnica Complementar URBTEC™

ALCEU DAL BOSCO JR.

Engenheiro Civil, MSc.

ALESSANDRO LUNELLI DE PAULA

Arquiteto e Urbanista, MSc.

ISABELLE DE SANTIS SOUZA

Designer Gráfica

GABRIELA MARCHIORO

Arquiteta e Urbanista

MANOELA MASSUCHETTO JAZAR

Arquiteta e Urbanista, Dra.

MARIANO MATTOS DE MACEDO

Economista, Dr.

MÁXIMO ALBERTO SILVA MIQUELES

Engenheiro Cartógrafo, Esp.

MORGANA ROCHA CARNEIRO

Comunicadora Social

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI

Advogada, Esp.

PAULO DULA NETO

Arquiteto e Urbanista

RICARDO KOPIETZ

Revisor e Redator Técnico

SÉRGIO LUIZ ZACARIAS

Comunicador Social, MSc

Siglas e Abreviaturas

Sigla	Significado
CP	Concorrência Pública
Libras	Língua Brasileira de Sinais
ONG / ONGs	Organização Não Governamental / Organizações Não Governamentais
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
TR	Termo de Referência

Sumário

1.	Introdução	11
2.	Plano de Mobilização Social	11
2.1.	Identidade Visual	12
2.2.	Mapeamento de atores sociais	15
2.3.	Espaço virtual	16
2.3.1.Canal no Youtube	16
2.4.	Métodos de participação	17
2.4.1.Eventos públicos	17
2.4.2.	... Canal virtual de contribuições (Colabore)	22
2.4.3.Reuniões livres	22
2.5.	Estratégias de Sensibilização e Capacitação	24
2.6.	Divulgação de eventos e ações	25
2.6.1.Mídia Espontânea	26
2.6.2. Rádio	27
2.6.3. Redes sociais	28
2.6.4. Carro de som	29
2.6.5. Convites oficiais	31
2.6.6. Convites expressos	32
2.6.7. Diário Oficial	34
2.6.8. Sugestão de Programação das Divulgações	35
2.6.9.	Sugestão de Estratégias por Tipologia de Evento	35
2.6.10.	Fluxo de atividades	36
3.	Referências	38
4.	Apêndices	39
4.1.	Apêndice I – Manual de Identidade	39
4.2.	Apêndice II – Mapeamento de Atores Sociais	39

1. Introdução

O presente documento constitui o Plano de Mobilização Social da Revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo (RJ), produto integrante da etapa inicial de estruturação dos trabalhos. Sua finalidade é apresentar as estratégias de comunicação, divulgação, sensibilização e participação social que orientarão o envolvimento da população ao longo do processo de revisão do Plano.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana municipal e sua revisão deve ser conduzida de forma técnica, transparente e participativa. No caso de São Gonçalo, esse processo assume especial relevância diante da dimensão populacional do município, de sua inserção na dinâmica metropolitana do Rio de Janeiro, dos desafios relacionados à expansão urbana, à infraestrutura, à mobilidade, à habitação e à qualificação do ordenamento territorial. Esses elementos reforçam a necessidade de um processo participativo capaz de articular leitura técnica, leitura comunitária e pactuação institucional.

Nesse contexto, este Plano de Mobilização Social estabelece os meios pelos quais a população, os segmentos organizados da sociedade civil, as instituições públicas, as entidades representativas e demais atores locais poderão acompanhar, compreender e contribuir com a revisão do Plano Diretor Participativo. Para isso, são previstas estratégias como: a criação de uma identidade visual; a estruturação de um espaço virtual; a realização de eventos públicos; a disponibilização de formulário de contribuições e de reuniões livres; as ações de sensibilização e capacitação; e a divulgação das atividades por diferentes canais de comunicação.

Assim, o produto se insere como instrumento operacional de apoio à gestão democrática do processo, em conformidade com o Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001), contribuindo para ampliar a transparência, qualificar a participação social e fortalecer a legitimidade das etapas subsequentes da revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo. Conforme indicado no Plano de Trabalho, o detalhamento metodológico, a programação, os formatos, os critérios de mobilização e os procedimentos operacionais dos eventos participativos são objeto específico deste Plano de Mobilização Social.

2. Plano de Mobilização Social

O Plano de Mobilização Social do processo de revisão do Plano Diretor de São Gonçalo (RJ) estabelece as diretrizes e estratégias para garantir a participação da população na construção deste instrumento de política urbana municipal. Fundamentado no princípio da gestão democrática, conforme o Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001), este documento prevê ações para garantir a transparência e estimular a adesão da população às diferentes oportunidades de participação disponibilizadas.

Dessa maneira, o Plano tem como objetivo geral sensibilizar, informar, capacitar e engajar a sociedade civil de São Gonçalo (RJ) ao longo de todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor Participativo, proporcionando condições efetivas para que os(as) habitantes contribuam de forma ativa no planejamento urbano do município.

Como desdobramentos, os objetivos específicos são: garantir a transparência e o acesso à informação sobre o Plano, seus documentos e formas de participação; promover o engajamento de atores sociais, estimulando a construção coletiva e a participação social; divulgar amplamente as diretrizes e produtos do Plano Diretor, fortalecendo sua legitimidade e reconhecimento público; e valorizar a identidade municipal e os princípios do desenvolvimento sustentável no âmbito do planejamento urbano.

Para tanto, neste documento são propostas as estratégias: identidade visual; mapeamento de atores sociais; espaço virtual; canais para o envio de contribuições; campanhas de sensibilização e capacitação; e a divulgação dos eventos e ações previstas por meio de diferentes estratégias de comunicação.

É válido salientar que a cooperação entre as equipes da Consultoria e da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (RJ) é crucial para a eficácia das estratégias propostas neste Plano, uma vez que as demandas de comunicação social e de mobilização da população usualmente têm maior impacto quando chanceladas por entidades públicas.

2.1. Identidade Visual

O desenvolvimento de uma identidade visual para a revisão do Plano Diretor Participativo é uma estratégia que visa contribuir para ampliar a visibilidade do Plano e fortalecer a sua inserção na esfera pública, qualificando a divulgação das ações e facilitando a identificação dos materiais relacionados ao processo de revisão pela população.

Conforme alinhado em reunião realizada em 05/05/2026 com as equipes de comunicação da Prefeitura e da Consultoria, a elaboração da identidade visual foi desenvolvida pela equipe municipal, responsável pela concepção gráfica, definição dos elementos visuais e estruturação do manual de aplicação. Após a consolidação da proposta, os arquivos e diretrizes foram encaminhados à equipe da Consultoria, que incorporou a identidade visual aos produtos, apresentações e demais materiais pertinentes. Os principais elementos gráficos (logotipo, paleta de cores e tipografia) são expostos a seguir e o manual de aplicação pode ser consultado no Apêndice I — Manual de Identidade.

Figura 1: Logotipo do Plano Diretor de São Gonçalo (RJ)



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo (2026).

Figura 2: Paleta de cores



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo (2026).

Figura 3: Tipografia



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo (2026).

Dessa forma, as figuras, diagramas, infográficos, apresentações e demais elementos visuais elaborados no âmbito do Plano Diretor deverão considerar as orientações estabelecidas no manual de aplicação da identidade visual, garantindo padronização gráfica, coerência institucional e uniformidade comunicacional ao longo de todas as etapas do processo participativo.

A conceituação da identidade visual descrita no manual elaborado pela Prefeitura Municipal argumenta:

“A proposta visual parte diretamente da geografia e da organização dos distritos da cidade, transformando em um símbolo gráfico contemporâneo, institucional e de fácil reconhecimento. Diferente de uma reprodução literal do mapa oficial, o conceito busca sintetizar o território de forma mais moderna e funcional, criando um símbolo próprio capaz de representar não apenas os limites geográficos, mas principalmente a conexão entre os distritos e o caráter participativo do Plano Diretor”.

A construção visual foi inspirada na ideia de integração urbana. As divisões coloridas representam os diferentes distritos de São Gonçalo, enquanto os elementos

de interligação simbolizam mobilidade, diálogo e planejamento. O encaixe entre as formas reforça a ideia de desenvolvimento urbano e integração”.

Nesse sentido, a identidade visual, além de exercer função estética e institucional, consolida-se como instrumento de comunicação pública e de fortalecimento do processo participativo, traduzindo graficamente os pressupostos de diversidade territorial, participação social, planejamento urbano e desenvolvimento sustentável que orientam a revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo.

2.2. Mapeamento de atores sociais

O mapeamento de atores sociais consiste no levantamento do perfil social da população, de sua distribuição espacial e do levantamento de informações sobre as formas de organização dos diversos grupos sociais e comunitários.

Essa estratégia objetiva reconhecer a diversidade de representantes atuantes no território, considerando associações de moradores, movimentos sociais, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais (ONGs), conselhos profissionais, instituições de ensino, entre outros coletivos relevantes.

A partir desse levantamento, torna-se possível estruturar de forma mais qualificada o processo participativo, orientando a convocação para eventos, reuniões e atividades, bem como promovendo o diálogo com diferentes segmentos sociais e territoriais.

Além disso, as lideranças mapeadas podem atuar como agentes multiplicadores das informações, contribuindo para a divulgação das ações e ampliando o alcance e a capilaridade das estratégias de comunicação.

O mapeamento também subsidia a organização das atividades por recortes sociais, territoriais e temáticos, favorecendo a pluralidade de representatividade e a escuta qualificada das diferentes demandas do município.

Nesse sentido, a sistematização das informações será estruturada contendo, no mínimo, as seguintes colunas: nome da instituição; descrição; localidade; temática de atuação; nome da liderança/representante; e contato.

A Consultoria executou buscas ativas e sistematizou os dados. Além disso, a Prefeitura contribuiu com indicações complementares, ampliando a representatividade no processo de revisão do Plano Diretor Participativo. A proposta dessa sistematização é exposta no Quadro 1 e o mapeamento completo está exposto no Apêndice II —

Mapeamento de Atores Sociais. Nota-se que as colunas “representante” e “contato” foram ocultadas neste documento com o intuito de preservar os dados sensíveis.

Quadro 1: Proposta de Sistematização do Mapeamento de Atores Sociais

Instituição	Descrição	Representante	Contato
Nome da instituição	Descrição da instituição	Nome do(a) representante e/ou assessoria	Contato do(a) representante e/ou assessoria

Fonte: URBTEC™ (2026) .

2.3. Espaço virtual

O espaço virtual do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo (RJ) consiste em uma página hospedada no site da Prefeitura. Esse ambiente digital tem como objetivo concentrar as informações relacionadas à revisão do Plano, permitindo que a população acompanhe o andamento dos trabalhos.

Nesse espaço, serão disponibilizadas informações gerais sobre o Plano Diretor, seus objetivos, etapas, eventos, notícias e demais conteúdos de interesse público, com linguagem acessível e didática. Também serão publicados os documentos e relatórios elaborados durante o desenvolvimento do Plano, garantindo transparência e consulta pública contínua. Além disso, a população poderá enviar dúvidas e sugestões a qualquer momento por meio de um formulário de contribuições.

A Consultoria elaborará o conteúdo em texto e imagens para subsidiar a criação desse espaço virtual, bem como o desenvolvimento gráfico da página. Esse material será encaminhado à Prefeitura, que será responsável por publicá-lo e atualizá-lo, como previsto no Termo de Referência. Ressalta-se que o site constitui um produto específico do Plano (Produto 2.1), no qual serão apresentadas de forma detalhada as informações, conteúdos e orientações pertinentes.

2.3.1. Canal no YouTube

Para garantir o acompanhamento remoto das audiências públicas, a Consultoria realizará transmissões ao vivo desses eventos no canal do YouTube criado exclusivamente para esse intuito <https://www.youtube.com/@PDSaoGon%C3%A7alo> . Essa estratégia visa ampliar a participação da população, uma vez que os eventos híbridos (que são realizados presencialmente e contam com transmissão virtual) possibilitam que mais cidadãos(ãs) acompanhem e contribuam com suas dúvidas e sugestões nas audiências

públicas. Além disso, as transmissões ficarão arquivadas no canal, podendo ser consultadas a qualquer momento pela população.

Considerando as tratativas em reuniões de alinhamento entre as equipes da Prefeitura e da Consultoria, as quatro audiências públicas previstas ao longo do processo de revisão do Plano Diretor Participativo serão realizadas na Câmara Municipal.

Dessa maneira, as transmissões dos eventos contarão com o aparato técnico e os recursos humanos dispostos pelo espaço, como intérpretes de Libras — visando garantir acessibilidade e inclusão — e a transmissão concomitante pelo [canal da Câmara Municipal no Youtube](#), ampliando o alcance da transmissão e a participação da população.

Para possibilitar a interação síncrona, o campo de *chat* da transmissão estará aberto para que as pessoas possam contribuir com suas dúvidas e sugestões. A equipe da Consultoria se responsabilizará pelo gerenciamento desse recurso, encaminhando as contribuições às equipes responsáveis.

2.4. Métodos de participação

A participação social no processo de revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo (RJ) será garantida por meio de diferentes estratégias. Primordialmente, os eventos públicos garantirão o envolvimento da população. Nesses encontros, serão expostos conteúdos em linguagem simplificada para capacitar os(as) participantes e serão realizadas dinâmicas facilitadoras para subsidiar a leitura comunitária do território.

Outro canal de contribuição do processo de revisão do Plano Diretor Participativo será o portal “[Colabore](#)” — espaço digital que já é utilizado pelo município, e que disponibilizará um campo específico para o envio de dúvidas e sugestões acerca do Plano.

A sociedade civil terá, ainda, a possibilidade de promover Reuniões Livres de maneira espontânea e encaminhar os registros dos eventos para a apreciação das equipes técnicas da Prefeitura e da Consultoria.

Dessa forma, com a combinação de diferentes estratégias, busca-se ampliar a participação da população e fortalecer a gestão democrática, contribuindo para que o processo de revisão do Plano Diretor Participativo seja construído de maneira coletiva, transparente e alinhada às realidades e demandas da sociedade de São Gonçalo (RJ).

2.4.1. Eventos públicos

O processo de revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo (RJ) prevê 29 eventos públicos, sendo eles: 4 Audiências Públicas, 5 Oficinas de Nivelamento, 10 Oficinas Locais e 10 Oficinas Temáticas. A seguir, essas oportunidades de participação social são detalhadas.

Salienta-se que em reunião de alinhamento realizada em 29 de abril de 2026 com a presença da equipe técnica da Prefeitura e da Consultoria, acordou-se que a distribuição das Oficinas Locais e das Oficinas Temáticas será estrategicamente posicionada em dois ciclos de cinco oficinas de cada nas Etapas 2 e 3, diferentemente da estrutura originalmente prevista no Termo de Referência. Essa alteração é justificada a partir da experiência de outros planos realizados pela Consultoria e tem como objetivo aprimorar o processo participativo. Dessa maneira, a população de São Gonçalo terá a oportunidade de contribuir com a leitura comunitária tanto na fase de diagnóstico quanto na de propostas, enriquecendo o debate sobre a revisão do Plano.

Para assegurar a mobilização, cada atividade desenvolvida será previamente divulgada por diferentes meios, como é detalhado no item 2.6 — Divulgação de eventos e ações. A logística, a infraestrutura e os materiais de apoio necessários para o desenvolvimento das atividades de cada evento são de responsabilidade da Consultoria, bem como a disponibilização de *coffee break* ao público presente e a impressão de materiais gráficos. Contudo, a definição dos locais, datas e horários dos eventos será de responsabilidade da equipe técnica do município.

Por fim, ressalta-se que em todos os esforços de divulgação e de mobilização social serão consideradas estratégias que visam garantir inclusão e representatividade social. A simplificação da linguagem, a definição de horários e locais estratégicos e a contínua expansão do mapeamento de atores em territórios de maior vulnerabilidade social são alguns dos exemplos que podem ser empregados para esse fim.

A seguir, os diferentes tipos de eventos públicos são descritos e, posteriormente, são explicitadas as estratégias de divulgação para promover a participação social. É válido salientar que a eficácia das estratégias delineadas neste documento dependerá do comprometimento coletivo das equipes técnicas da Prefeitura, da Consultoria e da sociedade civil organizada.

2.4.1.1. Audiências Públicas

As Audiências Públicas são eventos solenes que ocorrem ao final das etapas do processo de elaboração da revisão do Plano Diretor Participativo. Esses encontros são conduzidos pelo Poder Público Municipal e a participação é aberta a todos(as) os(as) interessados(as), mediante registro em lista de presença.

Nas Audiências, são apresentadas sínteses dos conteúdos com linguagem simplificada com o intuito de validar e pactuar com a sociedade civil os processos e os resultados desenvolvidos, bem como recolher contribuições dos(as) participantes.

Dessa forma, os eventos têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, revisar e analisar o processo de construção coletiva do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo (RJ). Os objetivos específicos das Audiências Públicas são alinhados às etapas de realização, conforme detalhado a seguir:

- Etapa 1 (1ª Audiência Pública): possui caráter introdutório, formativo e mobilizador, correspondendo ao lançamento do processo de revisão do Plano. É apresentada uma síntese do conteúdo dos produtos iniciais com o objetivo de qualificar o planejamento e promover a inserção da população nas etapas subsequentes;
- Etapa 2 (2ª Audiência Pública): destina-se à apresentação e complementação dos resultados do diagnóstico da realidade municipal, contemplando análises normativas, leituras técnicas e comunitárias, projeções e estratégias;
- Etapa 3 (3ª Audiência Pública): tem como finalidade apresentar e recolher contribuições acerca das estratégias e propostas elaboradas a partir das leituras técnicas e comunitárias;
- Etapa 4 (4ª Audiência Pública): correspondendo à etapa final, o evento destina-se à pactuação da minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor e das legislações correlatas.

É relevante frisar que a convocação das Audiências Públicas ocorrerá por meio de publicação em Diário Oficial e contará com ampla divulgação nos meios de comunicação. A Consultoria sugere que a realização dos eventos considere locais e horários acessíveis à população, contudo, a responsabilidade dessas definições será da equipe técnica municipal.

Todas as audiências ocorrerão na Câmara Municipal de São Gonçalo e serão transmitidas ao vivo no canal do Plano Diretor e da Câmara Municipal de São Gonçalo no Youtube. Os registros, incluindo as contribuições dos(as) participantes, serão sistematizados em ata — que será lavrada pela Consultoria em até 7 (sete) dias úteis. As atas serão disponibilizadas no site do Plano e no Relatório de Atividades correspondente.

Ademais, a Consultoria se responsabilizará pela organização dos eventos, pela elaboração e impressão dos materiais de apoio e materiais gráficos, pelo fornecimento de *coffee break* e pelos demais recursos necessários para sua realização.

2.4.1.2. Oficinas de Nivelamento

As Oficinas de Nivelamento são eventos introdutórios, formativos e mobilizadores que têm a finalidade de estabelecer um patamar comum de informação sobre o processo de revisão do Plano Diretor Participativo, seus objetivos, princípios, instrumentos e formas de participação. Em cada etapa, cumprem também a função de nivelar os participantes em relação aos conteúdos específicos então em desenvolvimento, de modo a qualificar a compreensão pública.

Essas oficinas são abertas à população interessada e aos diversos atores sociais do território, organizados ou não, em conformidade com os princípios de gestão democrática estabelecidos pelo Estatuto da Cidade. Nesse sentido, para assegurar a participação popular e a inclusão de diferentes recortes sociais, as atividades adotarão uma linguagem acessível e serão organizadas por etapas, ocorrendo preferencialmente em localidades centrais e de fácil acesso.

Ao todo, serão cinco oficinas distribuídas estrategicamente ao longo do processo para promover o nivelamento informativo inicial sobre o conteúdo programático de cada etapa, da seguinte forma:

- Duas Oficinas de Nivelamento na Etapa 2 (Leitura da Realidade Municipal): com o objetivo de sensibilizar a população e qualificar os debates da etapa de diagnóstico;
- Duas Oficinas de Nivelamento na Etapa 3 (Elaboração das Minutas dos Projetos de Lei): visando subsidiar a compreensão das propostas, diretrizes e instrumentos urbanísticos em discussão;

- Uma Oficina de Nivelamento na Etapa 4 (Gestão, Monitoramento e Avaliação): com enfoque na institucionalização do Plano, na sua apropriação pública e nas formas de acompanhamento e controle social dos instrumentos.

2.4.1.3. Oficinas Locais

As Oficinas Locais são encontros com a população em diferentes regiões do município e têm como objetivo envolver a comunidade na leitura do território, identificando fragilidades, potencialidades e prioridades em escala distrital.

Nessas oportunidades de participação social territorializada, prevê-se a aplicação de metodologias facilitadoras para que os anseios, as queixas, os desejos e as perspectivas dos(as) cidadãos(ãs) sejam devidamente registradas e consideradas nas análises das equipes técnicas responsáveis. Os detalhes do processo metodológico a serem empregados nos eventos serão construídos pelas equipes da Consultoria e da Prefeitura oportunamente.

As Oficinas ocorrerão nas Etapas 2 e 3 e terão os seguintes objetivos:

- Oficinas Locais da Etapa 2: Os eventos dessa etapa se destinam a identificar problemas, conflitos, potencialidades e prioridades territoriais, aprofundando o diagnóstico do município a partir das perspectivas da população e, especialmente, na ótica das particularidades de cada localidade.
- Oficinas Locais da Etapa 3: Nesta etapa, as Oficinas Locais objetivam coletar os desejos e anseios da população para subsidiar a formulação de propostas, bem como a priorização das diretrizes, estratégias e ações que orientarão a revisão do Plano.

2.4.1.4. Oficinas Temáticas

As Oficinas Temáticas serão eventos públicos com ênfase nos assuntos específicos tratados na revisão do Plano Diretor Participativo (como ordenamento territorial, meio ambiente, habitação, mobilidade, etc.), visando contemplar a diversidade setorial e a amplitude de temáticas inerentes a esse instrumento de política urbana.

Tal qual as Oficinas Locais, as Oficinas Temáticas ocorrerão nas Etapas 2 e 3 e terão os seguintes objetivos:

- Oficinas Temáticas da Etapa 2: Os eventos buscam qualificar o diagnóstico do território a partir da perspectiva dos(as) habitantes a fim de incorporar a leitura comunitária sobre temas específicos, identificando problemas e potenciais em cada temática.
- Oficinas Temáticas da Etapa 3: As oficinas serão dedicadas ao debate sobre as diretrizes, instrumentos e prioridades relacionados às diferentes temáticas abordadas pelo processo de revisão do Plano Diretor Participativo, validando e aprofundando a proposição de ações de ordem setorial.

2.4.2. Canal virtual de contribuições (Colabore)

O canal virtual de contribuições acerca do processo de revisão do Plano Diretor Participativo será efetivado na plataforma “Colabore”. O portal, já utilizado pelo município para receber contribuições da população, disponibilizará um campo específico para o encaminhamento de dúvidas e sugestões no âmbito do Plano.

As manifestações serão recebidas pela Subsecretaria de Inovação da Secretaria de Gestão Integrada e Projetos Especiais e, posteriormente, encaminhadas para a apreciação das equipes técnicas da Prefeitura e da Consultoria.

Esse mecanismo amplia as oportunidades de participação social, facilita o acesso dos(as) cidadão(ãs) e auxilia o registro e a sistematização das contribuições por parte das equipes técnicas. Para fins de validação e posterior retorno institucional, é recomendável que o formulário contemple campos como nome completo (obrigatório), endereço de e-mail, telefone, localidade, instituição (caso represente um grupo) e o texto da contribuição (obrigatório).

Enfatiza-se que o site do Plano Diretor Participativo contará com um banner de redirecionamento para o serviço “Colabore”, de modo a facilitar o acesso da população. Nesse sentido, é fundamental que esse canal seja amplamente divulgado por meio dos canais oficiais da Prefeitura, materiais gráficos informativos e eventos. Dessa forma, garante-se que a ferramenta cumpra seu papel de democratizar o acesso, permitindo uma participação continuada, inclusiva e acessível a todos os segmentos da sociedade ao longo do processo de revisão.

2.4.3. Reuniões livres

Como estratégia complementar de participação social, propõe-se a realização de “Reuniões Livres”, compreendidas como encontros autônomos organizados pela própria sociedade civil para discutir temas relacionados à revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo (RJ).

Por se tratar de um instrumento de engajamento facultativo e descentralizado, a ferramenta permite que coletivos, instituições e movimentos sociais promovam debates em seus próprios territórios e contextos, de maneira espontânea. Essa estratégia atua em consonância com os princípios de pluralidade e diversidade, configurando-se como um meio de ampliar a inclusão de grupos sociais vulneráveis.

A partir de mobilizações segmentadas, os(as) moradores(as) poderão adequar a dinâmica dos encontros às suas realidades — como a definição de locais, horários e temáticas de interesse—, submetendo posteriormente suas contribuições para a apreciação das equipes responsáveis. Isto é, nas Reuniões Livres, a sociedade civil poderá oficializar o registro de reuniões e encaminhar as propostas oriundas desses encontros no ambiente virtual do Plano. Para conferir a devida legitimidade, transparência e adequada sistematização às contribuições, estabelecem-se as seguintes diretrizes para a realização dos eventos:

- **Realização:** Os encontros devem prezar pelo debate democrático, recomendando-se a participação de um número representativo de pessoas do território ou segmento envolvido;
- **Divulgação:** É fundamental que a organização dê publicidade à atividade em seu contexto local, informando previamente a pauta, data e local para garantir o acesso de interessados(as);
- **Registro:** As atividades devem contemplar a comprovação e a síntese das discussões, por meio de lista de presença, fotos e ata de reunião.

Para tanto, serão disponibilizados roteiros orientativos e modelos preenchíveis no site do Plano, bem como um campo específico para a inserção dos documentos. Após o envio, o conteúdo será analisado pelas equipes técnicas e os apontamentos validados serão considerados na leitura comunitária do território.

Dessa forma, as Reuniões Livres fortalecem a autonomia da sociedade civil, garantem que a cidade seja discutida sob diferentes pontos de vista e potencializam a construção coletiva do Plano Diretor.

2.5. Estratégias de Sensibilização e Capacitação

As estratégias de sensibilização e capacitação têm como objetivo expandir o conhecimento da população sobre o Plano Diretor, seus instrumentos, etapas e formas de participação, promovendo condições mais qualificadas para o envolvimento da sociedade civil ao longo dos trabalhos.

Nesse sentido, as campanhas de sensibilização buscam aproximar a população das discussões relacionadas ao planejamento urbano, fortalecendo o reconhecimento da importância do Plano Diretor para o desenvolvimento do município e estimulando a participação nos eventos e atividades previstos. Essas ações poderão ser direcionadas a diferentes públicos e segmentos sociais, considerando as especificidades identificadas ao longo do processo de revisão.

Complementarmente, as campanhas de capacitação têm como finalidade apresentar, de maneira acessível e didática, os principais conceitos, conteúdos e instrumentos relacionados ao Plano Diretor Participativo, contribuindo para que os(as) participantes compreendam os temas debatidos e possam contribuir de forma mais qualificada para a construção coletiva das propostas.

Os materiais, formatos e meios para a concretização dessas estratégias serão definidos a partir da articulação entre as equipes da Prefeitura e da Consultoria ao longo do desenvolvimento do Plano, considerando as demandas e características de cada etapa do processo participativo. Na Figura 4, é exemplificada uma campanha elaborada com intuito semelhante.

Figura 4: Carrossel para redes sociais para sensibilizar e capacitar a população sobre os Planos Municipais de Redução de Riscos



Plano Municipal de REDUÇÃO DE RISCOS

Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR)

O PMRR identifica áreas de riscos e propõe ações para proteger a população e tornar a cidade mais segura e resiliente.

O que é o PMRR?

O PMRR é um estudo para identificar as áreas com risco de deslizamentos, enchentes e outros eventos extremos.

A partir de análises técnicas e contribuições da população, serão indicadas medidas para prevenção, mitigação e redução desses riscos.

Por que o PMRR é importante?

O PMRR irá orientar as ações do poder público para executar obras e iniciativas de prevenção a desastres, proporcionando mais segurança para a população, especialmente em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade.

Como posso participar?

A participação popular é fundamental para a identificação, análise e planejamento de soluções para os riscos presentes no território.

Por isso, acompanhe os canais oficiais da Prefeitura e participe dos eventos públicos!

URBTEC | UNOPS | PREFEITURA DE SÃO GONÇALO | GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fonte: URBTEC™ (2026).

2.6. Divulgação de eventos e ações

A divulgação dos eventos e ações do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo (RJ) é essencial para garantir a adesão da população nos eventos públicos. Para que os mecanismos participativos sejam efetivos, é necessário assegurar que a população tenha conhecimento prévio das atividades previstas, de seus objetivos, locais, horários e formas de participação.

Nesse contexto, propõe-se a utilização articulada de diferentes estratégias e canais de comunicação, considerando a diversidade territorial e social do município e buscando potencializar o alcance das informações junto aos diferentes públicos. Para tanto, são previstas as estratégias: mídia espontânea; rádio; redes sociais; carro de som; convites oficiais; convites expressos; e diário oficial. Neste documento, também são sugeridas programações de execução das estratégias e aplicação das ações conforme a tipologia de cada evento.

Além da promoção da participação social, as ações de divulgação têm o potencial de fortalecer o reconhecimento público do processo de revisão do Plano Diretor Participativo, contribuindo para sua legitimidade e para a construção de um ambiente participativo mais receptível. As estratégias apresentadas a seguir serão realinhadas e complementadas ao longo do processo, conforme as necessidades identificadas pelas equipes da Prefeitura e da Consultoria.

2.6.1. Mídia Espontânea

A estratégia de mídia espontânea consiste na publicação de *press-releases* (comunicados de imprensa) e no envio dessas notícias para os meios de comunicação em massa, como jornais e portais de notícia. Por se tratar de uma divulgação por fontes oficiais, as notícias usualmente têm uma receptividade relevante na população, alcançando diferentes públicos para informar sobre as ações e convidar para os eventos do Plano. A figura a seguir exemplifica a aplicação dessa estratégia.

Figura 5: Press-release de divulgação da 2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PIÁ
Paraná Investimentos Artificiais
Do que você precisa hoje?

Inicial Últimas notícias Rádio Vídeos Imagens Editorias Arquivo de Notícias Séries Especiais Contato

Amep convida população para 2ª audiência pública do PDUI da RMC

Evento será em 24 de outubro, às 19h, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), de forma presencial. A população poderá acompanhar a transmissão ao vivo e também interagir nos Centros de Apoio Municipal (CAMs), instalados nos 28 municípios que compõem a RMC. Outra opção é assistir no canal da Amep no Youtube.

Confira o áudio desta notícia

0:00 / 2:20

Amep realizará 2ª Audiência Pública do PDUI-RMC e convida a população a participar da construção do planejamento metropolitano
Foto: AMEP

A Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (Amep) realizará em 24 de outubro a 2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O evento, aberto ao público, será às 19h no Auditório John Henry Newman, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em Curitiba.

O objetivo central da audiência é discutir o macrozoneamento metropolitano e os Diagnósticos Setoriais Prioritários, promovendo a participação ativa da população no planejamento urbano da região. Serão abordados temas como planejamento territorial, mobilidade metropolitana, meio ambiente, recursos hídricos, habitação de interesse social e desenvolvimento social e econômico.

Para fomentar essa participação, a Amep disponibilizou os documentos relacionados para consulta [AQUI](#).

- [Governos do Estado publica edital do novo corredor metropolitano de Curitiba](#)

Além disso, para facilitar o acesso ao debate, a audiência será transmitida ao vivo nos Centros de Apoio Municipal (CAMs), instalados nos 28 municípios que compõem a RMC. Esses espaços oferecem infraestrutura

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.6.2. Rádio

O rádio é um meio de comunicação que tem o potencial de atingir segmentos da população que não são alcançados por outras mídias. Por isso, recomenda-se que os textos dos *press-releases* sejam adaptados para uma linguagem dialógica e encaminhados às rádios locais, expandindo a eficácia das campanhas de divulgação dos eventos públicos. A Figura 6 exemplifica um texto adaptado para rádio com intuito semelhante.

Figura 6: Exemplo de texto para locução em rádio na divulgação de Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA**

**DIVULGAÇÃO DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA –
SUGESTÃO DE TEXTO PARA RÁDIOS**

CABEÇA	O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba avança mais uma etapa com a segunda audiência pública.
LOCUÇÃO	<p>A Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, a <u>Amap</u>, está convidando toda a população para participar da segunda audiência pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, o PDUI, da Região Metropolitana de Curitiba.</p> <p>Será uma oportunidade para a sociedade contribuir com construção coletiva do macrozoneamento metropolitano e o diagnóstico da região, especialmente sobre assuntos como uso do solo, mobilidade, habitação, meio ambiente e desenvolvimento social e econômico.</p> <p>Os documentos que fundamentam esses debates estão disponíveis para consulta pública no site www.pduirmc.com.br/documentos.</p>
SONORA	<u>Sugestão de Sonora</u> : Entrevista com Gilson de Jesus dos Santos, Diretor-Presidente da Agência De Assuntos Metropolitanos Do Paraná (<u>Amap</u>), reforçando a importância da participação popular para a elaboração do PDUI.



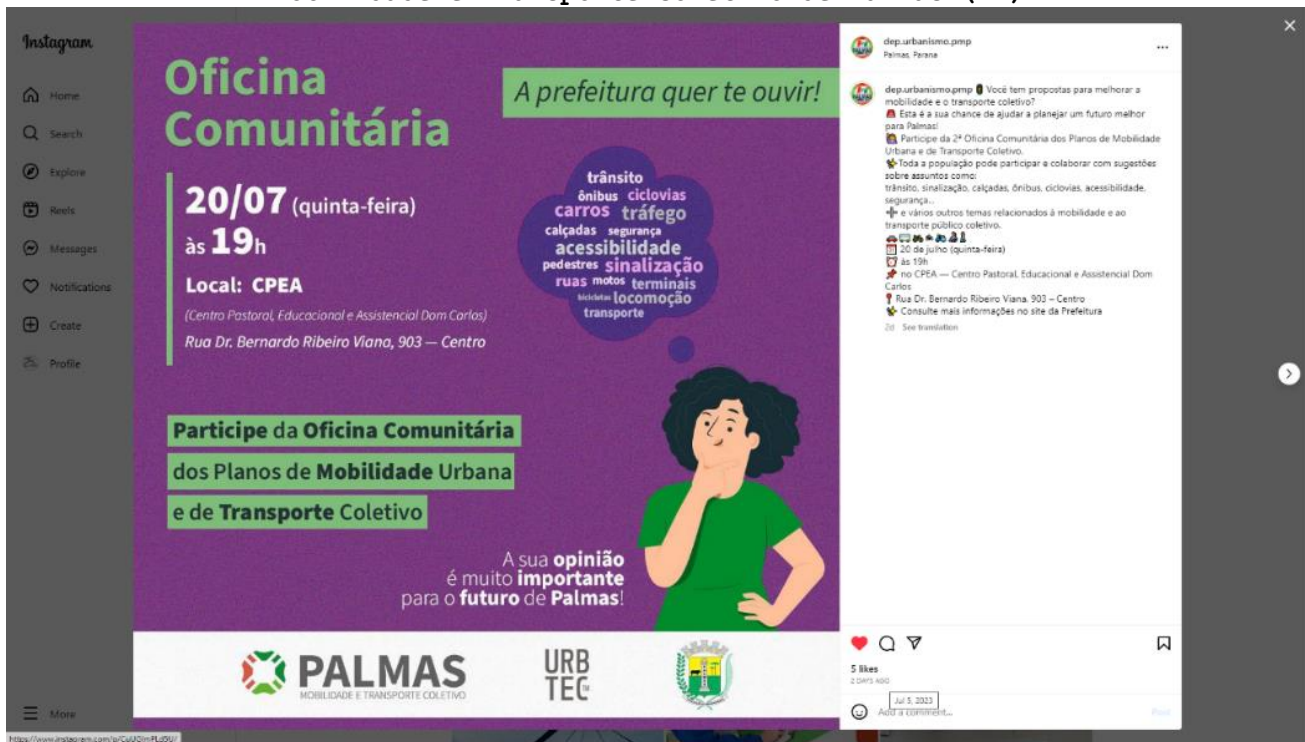
Fonte: URBTEC™ (2025).

2.6.3. Redes sociais

As redes sociais são fontes de informação de amplo alcance na esfera pública na atualidade. Por isso, recomenda-se que sejam promovidas campanhas nessas plataformas com o objetivo de convidar a sociedade para os eventos públicos do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo. Sugere-se que as campanhas de divulgação explicitem as informações de serviço e sejam elaboradas em diferentes formatos, como imagens,

carrosséis, vídeos e demais possibilidades das plataformas. A Figura 7 exemplifica a aplicação dessa estratégia.

Figura 7: Captura de tela de divulgação de evento público dos Planos de Mobilidade e Transporte Coletivo de Palmas (PR)



Fonte: URBTEC™ (2022).

2.6.4. Carro de som

A utilização do carro de som como ferramenta de divulgação dos eventos do Plano Diretor Participativo é uma estratégia que visa promover a inclusão e o alcance de diferentes públicos. Diferente dos meios digitais, essa estratégia percorre as ruas dos bairros, levando o convite aos eventos diretamente aos(às) moradores(as), propiciando o alcance da mensagem àqueles com menor familiaridade tecnológica ou sem acesso à internet. Ressalta-se, ainda, que em reunião com as equipes de comunicação da Prefeitura e da Consultoria em 05/05/2026, essa estratégia foi apontada como relevante, principalmente para as oficinas locais e temáticas. A Figura 8 exibe um texto elaborado para divulgação por carro de som.

Figura 8: Sugestão de texto para divulgação por meio de carro de som de oficina comunitária do Plano Municipal de Redução de Riscos de Campo Largo (PR)

Sugestão de Texto para Carro de Som

ATENÇÃO, MORADORES DO BAIRRO [NOME DO BAIRRO]!

///

A PREFEITURA DE CAMPO LARGO CONVIDA VOCÊ PARA PARTICIPAR DA OFICINA COMUNITÁRIA DO PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS.

///

ESSE ENCONTRO É UMA OPORTUNIDADE PARA VOCÊ FALAR SOBRE PROBLEMAS COMO ALAGAMENTOS, DESLIZAMENTOS E OUTRAS SITUAÇÕES DE RISCO.

///


A SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA A PREFEITURA ENTENDER ONDE SÃO AS ÁREAS COM MAIS RISCOS E QUAIS AS SOLUÇÕES QUE PODEM SER REALIZADAS.

///

A OFICINA É ABERTA A TODA COMUNIDADE E SERÁ REALIZADA NO DIA [DATA], ÀS SETE DA NOITE, NO [LOCAL DO EVENTO], AQUI NO BAIRRO [NOME DO BAIRRO].

///

PARTICIPE E AJUDE A CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR PARA A SUA COMUNIDADE!

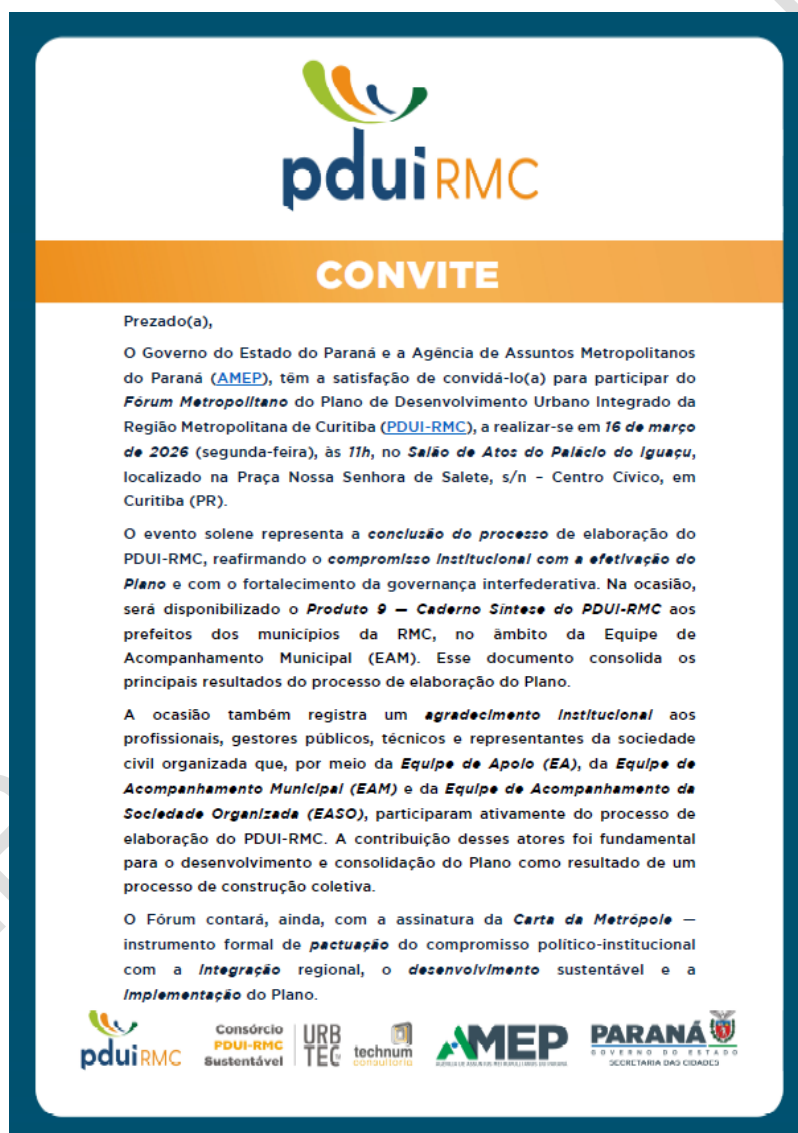


Fonte: URBTEC™ (2026)

2.6.5. Convites oficiais

O envio de convites oficiais é uma estratégia de comunicação endereçada a autoridades e representantes de instituições mapeadas. Com uma linguagem formal, essas correspondências têm o objetivo de informar e convidar para os eventos as autoridades do município, como vereadores(as), secretários(as) e representantes de instituições públicas. A Figura 9 expõe um convite oficial elaborado com o mesmo intuito.

Figura 9: Exemplo de convite para divulgação de evento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PR)



Fonte: URBTEC™ (2026)

2.6.6. Convites expressos

O uso de aplicativos de mensagens (como WhatsApp) poderá ser utilizado como ferramenta de divulgação dos eventos do Plano Diretor Participativo, principalmente devido ao seu alcance e à sua forte presença no cotidiano da população. Por ser um canal de comunicação direto, rápido e de fácil acesso, o aplicativo permite que convites e informações sobre os trabalhos realizados cheguem à população de maneira mais dinâmica. Para isso, são elaborados *cards* (imagem em formato quadrado com informações de serviço) e textos-legenda. Esses materiais serão encaminhados às equipes da Prefeitura e difundidos entre grupos relacionados às comunidades. Essa estratégia é ilustrada na Figura 10 e Figura 11.


Figura 10: Card elaborado para envio por aplicativos de mensagem para divulgar as Oficinas Comunitárias do Plano Municipal de Redução de Riscos




Fonte: URBTEC™ (2026) .

Figura 11: Texto-legenda elaborado para envio por aplicativos de mensagem para divulgar as Oficinas Comunitárias

Sugestão de texto-legenda para redes sociais

 ***CONVITE***

-

 A Prefeitura de Campo Largo te convida para participar da ***Oficina Comunitária*** do ***Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR)***.


-

 O evento acontecerá na ***terça-feira (07/04)*** às ***19h*** na ***Escola Municipal Luiza Gonçalves Monteiro - Rua Joil Antonio Basso, s/n, Bateias***.


-

 Você poderá ***compartilhar suas experiências*** em relação a eventos de impacto socioambiental, como ***alagamentos*** e ***deslizamentos***.


-

 ***A sua contribuição é fundamental*** para auxiliar as equipes técnicas a ***identificar áreas*** com mais ***desafios*** e possíveis ***soluções*** para reduzir os riscos.

-

 A iniciativa faz parte do projeto **"*Periferia Sem Risco***", do Governo Federal por meio da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, em parceria com o UNOPS (ONU).

! *Contamos com a sua presença!*



Fonte: URBTEC™ (2026).

2.6.7. Diário Oficial

Os editais de convocação para audiências públicas são recomendados pela resolução n.º 25, de 18 de março de 2005, do Conselho das Cidades. Essa estratégia tem como propósito informar a população sobre a data, o local e horário do evento, de forma clara, objetiva e formal. Sugere-se que a Prefeitura realize essa convocação oficial com quinze dias de antecedência às audiências públicas. Um exemplo de publicação em Diário Oficial é exposto na Figura 12.

Figura 12: Exemplo de publicação em Diário Oficial para divulgar audiência pública do Plano de Mobilidade de Colombo (PR).

Prefeitura Municipal de Colombo

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
HABITAÇÃO - SEDUH
PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE COLOMBO - EDITAL DE
CONVOCAÇÃO PARA A 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 10/05/2023
Hora: 18:30 horas
Local: Prefeitura Municipal de Colombo – Auditório da
Regional Maracanã
Endereço: Rua Roberto Lambach Falavinha, 150 – 4º andar –
Fátima – Colombo - PR

As Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e de
Habitação, e, de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio
deste edital, convocam a comunidade para participar da 4ª
Audiência Pública de Elaboração do Plano de Mobilidade
Urbana de Colombo, a ser realizada no dia 10 de maio de 2023,
às 18:30 horas, no Auditório da Regional Maracanã, localizado
na Rua Roberto Lambach Falavinha, 150 – 4º andar – Fátima –
Colombo – PR.

A Audiência Pública será transmitida ao vivo de forma online,
através do canal do *YouTube* da Prefeitura Municipal de
Colombo.

Esta convocação visa promover a mobilização da comunidade,
apresentando a consolidação do plano de mobilidade urbana,
correspondente a etapa 4.

Colombo, 06 de abril de 2023.

ANDRÉ LUCAS FELICIANO FERREIRA
Departamento de Habitação
Matrícula 12.717

Publicado por:
Isaque Soares de Souza
Código Identificador:5B0A5EB2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 10/04/2023. Edição 2747
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

Fonte: URBTEC™ (2023).

2.6.8. Sugestão de Programação das Divulgações

Com o intuito de facilitar a execução das estratégias propostas, recomenda-se o estabelecimento de prazos mínimos de antecedência para cada uma das ações de divulgação previstas. O Quadro 2 estabelece uma sugestão de cronograma para as ações de comunicação. Para os canais de caráter mais formal, como publicações no Diário Oficial e o envio de Convites Oficiais, recomenda-se o prazo mínimo de 15 dias corridos de antecedência. Para os meios de comunicação de massa (mídia espontânea e rádio), a programação recomenda reforços em duas etapas, aos 15 e 7 dias anteriores aos eventos. Por fim, as ferramentas de engajamento direto, que incluem redes sociais, convites expressos e carros de som, operam em um fluxo contínuo de lembretes mais próximos à data da atividade, sendo acionadas com 7, 3 e 1 dia de antecedência, garantindo, assim, a fixação da mensagem e a ampla presença da população nos eventos públicos.

Quadro 2: Sugestão de programação para divulgação de eventos e ações

Diário Oficial	Mídia espontânea e rádio	Redes sociais, Convites Expressos e Carro de Som	Convites oficiais
15 dias de antecedência à audiência pública	15 e 7 dias corridos de antecedência ao evento/ação	7, 3 e 1 dias corridos de antecedência ao evento/ação	15 dias corridos de antecedência ao evento/ação

Fonte: URBTEC™ (2026).

2.6.9. Sugestão de Estratégias por Tipologia de Evento

Considerando as especificidades de cada atividade, recomenda-se a adoção de estratégias de divulgação adequadas às diferentes tipologias de evento, de modo a potencializar o alcance das informações e favorecer a participação da população. Nesse sentido, o Quadro 3 sistematiza sugestões de estratégias de comunicação e divulgação conforme as características dos eventos e dos públicos-alvo de cada atividade.

As estratégias como publicações em redes sociais, rádio, mídia espontânea (*press-releases*) e o envio de convites (oficiais e expressos) possuem caráter universal, sendo aplicadas de forma transversal a todas as quatro tipologias de eventos. As demais peças operam de forma segmentada para atender às especificidades de cada atividade: a publicação em Diário Oficial é restrita às Audiências Públicas e a divulgação por carros de som é direcionada exclusivamente às Oficinas Locais e Temáticas.

Quadro 3: Sugestão de Estratégias por Tipologia de Evento

Estratégia	Audiências Públicas	Oficinas Locais	Oficinas Temáticas	Oficinas Nivelamento
Diário Oficial	✓			
Convites expressos (WhatsApp)	✓	✓	✓	✓
Convites oficiais	✓	✓	✓	✓
Carro de som		✓	✓	
Publicação em redes sociais	✓	✓	✓	✓
Rádio	✓	✓	✓	✓
Mídia Espontânea/ Press-release	✓	✓	✓	✓

Fonte: URBTEC™ (2026) .

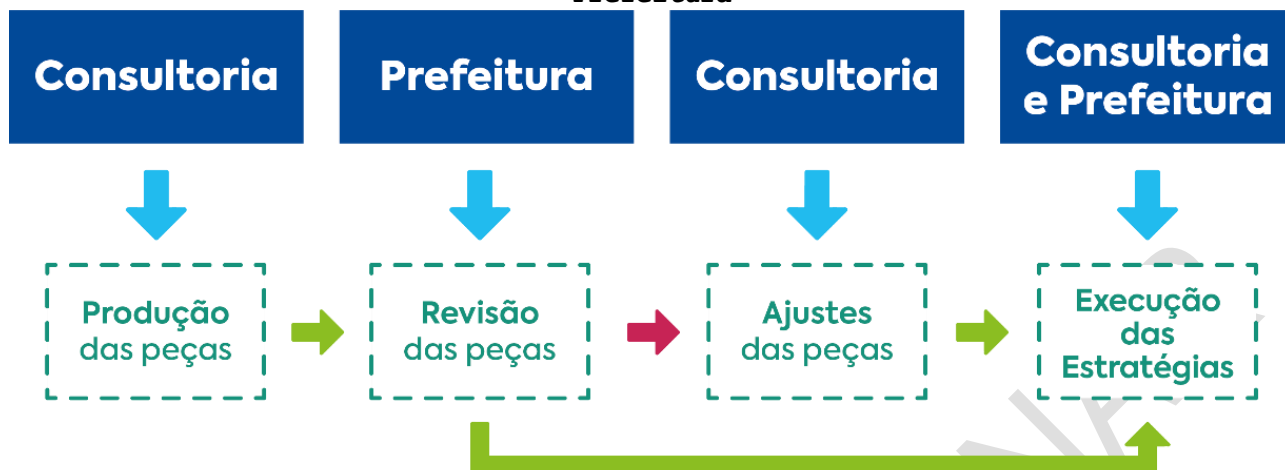
2.6.10. Fluxo de atividades

O fluxo operacional para a execução das estratégias de comunicação e mobilização social do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de São Gonçalo (RJ) é estruturado a partir da cooperação entre as equipes de comunicação da Consultoria e da Prefeitura.

Dessa maneira, a Consultoria realizará a produção das peças de divulgação e as submeterá à avaliação da Prefeitura. Caso não haja alterações, as estratégias serão executadas de acordo com suas competências. Havendo necessidade de modificações após a análise, os materiais retornam para a Consultoria, que realizará os ajustes para a consolidação das peças.

Uma vez validadas, a execução das estratégias passa a ser realizada de forma conjunta por ambas as partes, que compartilham a responsabilidade pela distribuição, publicação e veiculação das ações. Esse fluxo de atividades é ilustrado na Figura 13.

Figura 13: Fluxograma de ações das equipes de comunicação da Consultoria e da Prefeitura



Legenda:  Responsável
 Ação

Fonte: Prefeitura de São Gonçalo (2026).


3. Referências

- BRASIL. Conselho das Cidades. **Resolução nº 25, de 18 de março de 2005**. Dispõe sobre o processo participativo na elaboração de plano diretor, conforme arts. 40 e 43 do Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 mar. 2005, p. 102. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/resolucoes/resolucao-25-2005.pdf/view>. Acesso em: 26 maio 2026.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 26 maio 2026.
- SÃO GONÇALO (Município). **Lei Complementar nº 1, de 22 de julho de 2009**. Institui o Plano Diretor Municipal de São Gonçalo. São Gonçalo, 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-goncalo/lei-complementar/2009/1/1/lei-complementar-n-1-2009-plano-diretor-do-municipio-de-sao-goncalo>. Acesso em: 28 abr. 2026.
- SÃO GONÇALO (Município). **Lei Complementar nº 31, de 2018**. Altera dispositivos do Plano Diretor Municipal de São Gonçalo. São Gonçalo, 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-goncalo/lei-complementar/2018/4/31/lei-complementar-n-31-2018-dispoe-sobre-alteracoes-na-lei-complementar-n-1-2009-plano-diretor-do-municipio-de-sao-goncalo-revogando-a-lei-n-268-2010-e-as-demais-disposicoes-em-contrario-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 abr. 2026.
- SÃO GONÇALO (Município). **Licitação - Edital CP/90005/2025/PMSG**. São Gonçalo, 2026. Disponível em: https://licitacao.pmsg.rj.gov.br/licitacao.php?licitacao_id=1673. Acesso em: 28 abr. 2026.

4. Apêndices

4.1. Apêndice I – Manual de Identidade

IDENTIDADE VISUAL



**REVISÃO DO
Plano
Diretor**
SÃO GONÇALO/RJ


SOBRE A MARCA

A proposta visual parte diretamente da geografia e da organização dos distritos da cidade, transformando em um símbolo gráfico contemporâneo, institucional e de fácil reconhecimento.

Diferente de uma reprodução literal do mapa oficial, o conceito busca sintetizar o território de forma mais moderna e funcional, criando um símbolo próprio capaz de representar não apenas os limites geográficos, mas principalmente a conexão entre os distritos e o caráter participativo do Plano Diretor.


A construção visual foi inspirada na ideia de integração urbana. As divisões coloridas representam os diferentes distritos de São Gonçalo, enquanto os elementos de interligação simbolizam mobilidade, diálogo, e planejamento. O encaixe entre as formas reforça a ideia de desenvolvimento urbano e integração.

2. CONSTRUÇÃO DO SÍMBOLO



Mapa de São Gonçalo Distritos que forma a cidade Mobilidade que integra os distritos Símbolo que representa integração e futuro

3. PALETA DE CORES



#003D8F #12bbee #00917b #8cbe23 #c72755 #ffd803

4. TIPOGRAFIA

Aa **AXIFORMA**
FAMÍLIA TIPOGRÁFICA INSTITUCIONAL

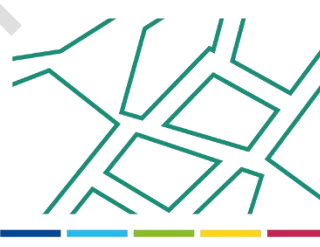
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
0123456789

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
0123456789

Tipografia moderna, de fácil leitura e com boa presença nos materiais institucionais

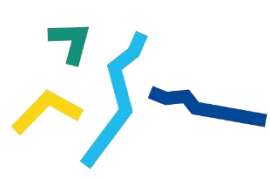
5. PADRÃO GRÁFICO

O padrão tem como inspiração o mapa do município e a conexão entre os distritos.




6. ELEMENTOS GRÁFICOS


Elementos visuais derivados das formas do símbolo para uso em layouts




7. IDENTIDADE APLICADA E REDES SOCIAIS




8. APLICAÇÃO EXTERNA





REVISÃO DO **Plano Diretor** SÃO GONÇALO/RJ

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO



SÃO GONÇALO PREFEITURA

TRABALHO EM PRIMEIRO LUGAR

4.2. Apêndice II – Mapeamento de Atores Sociais

Identificação de lideranças locais, organizações comunitárias e representantes da sociedade civil organizada no processo de mobilização para a revisão do Plano Diretor Municipal de São Gonçalo (RJ).

Id	Instituição	Descrição
1	ACESG — Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo	Entidade representativa do comércio e setor empresarial local
2	ADECC	Organização da sociedade civil
3	Anhanguera	Universidade privada
4	APA de Maria Paula	Área de Proteção Ambiental localizada em São Gonçalo
5	APA do Engenho Pequeno	Área de Proteção Ambiental localizada em São Gonçalo
6	Associação Beneficente Amparo à Vida – ABAV	Organização beneficente com atuação social
7	Associação de Ciclistas	Representação de usuários de mobilidade ativa
8	Associação de Moradores	Organização comunitária territorial
9	Associação de Moradores de Guaxindiba	Organização comunitária territorial
10	Associação de Moradores de Jardim Tiradentes	Organização comunitária territorial
11	Associação de Motociclistas	Representação setorial de motociclistas
12	Associação de Produtores Rurais e Assentados da Fazenda Engenho Novo – APRAFEN	Organização ligada à agricultura familiar e produção rural
13	Associação de Taxistas	Representação de trabalhadores do transporte individual
14	Associação de Transporte Escolar	Representação de prestadores de transporte escolar
15	Associação Ressuscita São Gonçalo	Organização social e comunitária
16	Atitude Real de Carinho e Amor – ARCA	Organização de assistência social
17	Câmara Municipal de São Gonçalo	Poder Legislativo municipal
18	CCAIDS — Centro de Atenção e Atendimento à AIDS	Equipamento especializado em saúde
19	CCAS	Conselho ligado à assistência social
20	CENASIN — Centro de Assistência Social Integral	Organização de assistência social
21	CIAN	Centro de referência especializado
22	COMMADS-SG	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
23	COMPUR-SG — Conselho Municipal de Política Urbana de São Gonçalo	Conselho de política urbana e planejamento territorial
24	CONLESTE	
25	Conselho da Criança e Adolescente	Conselho de garantia de direitos
26	Conselho da Pessoa com Deficiência	Conselho de políticas inclusivas
27	Conselho Empresarial de Indústria e Logística da Associação Comercial de São Gonçalo	Conselho setorial empresarial
28	Conselho Municipal da Assistência Social	Conselho de políticas sociais
29	Conselho Municipal da Cultura	Conselho de políticas culturais
30	Conselho Municipal da Educação	Conselho de educação
31	Conselho Municipal da Igualdade Racial	Conselho de promoção da igualdade racial
32	Conselho Municipal da Saúde	Conselho de políticas de saúde
33	Conselho Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional	Conselho de políticas alimentares
34	Conselho Municipal das Cidades	Conselho de desenvolvimento urbano

Id	Instituição	Descrição
35	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Conselho de políticas para mulheres
36	CONSÓRCIO SÃO GONÇALO – ÔNIBUS	Consórcio operador do transporte coletivo
37	CRAS Alcântara	Centro de Referência de Assistência Social
38	CRAS Amendoeira	Centro de Referência de Assistência Social
39	CRAS Arsenal	Centro de Referência de Assistência Social
40	CRAS Centro	Centro de Referência de Assistência Social
41	CRAS Engenho Pequeno	Centro de Referência de Assistência Social
42	CRAS Guaxindiba	Centro de Referência de Assistência Social
43	CRAS Itaoca	Centro de Referência de Assistência Social
44	CRAS Jardim Catarina	Centro de Referência de Assistência Social
45	CRAS Neves	Centro de Referência de Assistência Social
46	CRAS Neves / Porto Novo	Centro de Referência de Assistência Social
47	CRAS Porto do Rosa	Centro de Referência de Assistência Social
48	CRAS Rio do Ouro	Centro de Referência de Assistência Social
49	CRAS Salgueiro	Centro de Referência de Assistência Social
50	CRAS Santa Izabel	Centro de Referência de Assistência Social
51	CRAS Santa Luzia	Centro de Referência de Assistência Social
52	CRAS Venda da Cruz	Centro de Referência de Assistência Social
53	CRAS Vista Alegre	Centro de Referência de Assistência Social
54	CREA/RJ	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
55	CREAS Arsenal	Centro Especializado de Assistência Social
56	CREAS Jardim Catarina	Centro Especializado de Assistência Social
57	CREAS Luiz Caçador	Centro Especializado de Assistência Social
58	CREAS Mutondo	Centro Especializado de Assistência Social
59	CREAS Vista Alegre	Centro Especializado de Assistência Social
60	Defensoria Pública - Núcleo de São Gonçalo	Instituição de assistência jurídica
61	ECOSOL	Organização ligada à economia solidária
62	Faculdade Lusofona	Universidade privada
63	FAELSG — Fundação de Artes, Esporte e Lazer	Fundação municipal
64	FAMB-UNIBAIRROS	Federação de associações de moradores
65	FECOMERCIO	
66	Federação UNIBAIRROS	Federação de associações comunitárias
67	Firjan	
68	FUNASG — Fundação de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	Fundação municipal de saúde
69	Gabinete do Prefeito	Órgão central da administração municipal
70	IAB/RJ	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento RJ
71	IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
72	IFRJ — Campus São Gonçalo	Instituto Federal de Educação
73	Indústria da construção civil do Leste Fluminense	Representação do setor da construção civil
74	INEA — Instituto Estadual do Ambiente	Órgão ambiental estadual
75	Instituto Abraço Coletivo	Organização da sociedade civil
76	Instituto Rio Metrôpole	Instituto metropolitano
77	Instituto Usina Social	Organização social
78	ISAT — Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira	Instituição privada de ensino superior
79	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro — MPRJ	Órgão de defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e coletivos.
80	Movimento de Mulheres de São Gonçalo	Movimento social de mulheres
81	Nós Por Nós	Coletivo comunitário

Id	Instituição	Descrição
82	OAB - São Gonçalo	Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, relevante para debates sobre legislação urbana, participação e direito à cidade.
83	Omidayê	Coletivo cultural e social
84	ONG Arlete Billé	Organização da sociedade civil
85	ONG Respeito Não Tem Cor	Organização antirracista
86	Polo UAB/CEDERJ São Gonçalo	Polo de educação superior a distância
87	Pré-vestibular Social do Salgueiro	Projeto social educacional
88	Procuradoria Geral do Município	Órgão jurídico municipal
89	Sankofa Sustentabilidade	Organização socioambiental
90	SEAS/RJ — Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade	Secretaria estadual ambiental
91	SEBRAE	
92	Secretaria Municipal de Administração	Secretaria municipal
93	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	Secretaria municipal
94	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria municipal
95	Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos	Secretaria municipal
96	Secretaria Municipal de Comunicação Social	Secretaria municipal
97	Secretaria Municipal de Conservação	Secretaria municipal
98	Secretaria Municipal de Controle Interno	Secretaria municipal
99	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Secretaria municipal
100	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Secretaria municipal
101	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria municipal
102	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Secretaria municipal
103	Secretaria Municipal de Fazenda	Secretaria municipal
104	Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais	Secretaria municipal
105	Secretaria Municipal de Governo	Secretaria municipal
106	Secretaria Municipal de Habitação	Secretaria municipal
107	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Transportes	Secretaria municipal
108	Secretaria Municipal de Ordem Pública	Secretaria municipal
109	Secretaria Municipal de Políticas sobre Alcool e Drogas	Secretaria municipal
110	Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil	Secretaria municipal
111	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	Secretaria municipal
112	Sementes do Hip Hop	Coletivo cultural
113	SENAC	
114	SENAI SESI São Gonçalo	Unidade de educação profissional, qualificação, indústria, lazer e serviços.
115	SEST/SENAT	
116	SGPREVI	Instituto de Previdência do Município de São Gonçalo
117	SINAVAL	Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval
118	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil	Representação sindical dos trabalhadores
119	SINTAP	Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas
120	SINTRICOM	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil

Id	Instituição	Descrição
121	Subsecretaria de Defesa Civil	Órgão municipal de proteção e defesa civil
122	UERJ — Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ)	Instituição pública de ensino superior
123	UNIFAMAERJ - Uniao de Federacoes e Associacoes de Moradores e Afins do Estado do Rio de Janeiro	Entidade representativa de federações e associações comunitárias do Estado do Rio de Janeiro
124	Universidade Estácio de Sá	Universidade privada
125	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Instituição pública de ensino superior
126	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Instituição pública de ensino superior
127	UNIVERSO São Gonçalo	Universidade privada
128	Observatório das Metrôpoles	
129	Casa Fluminense	

